003

03

2203

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

CADERNO
2203

enade 2025
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 25

DIREITO
BACHARELADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, da questão discursiva e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém a questão discursiva e as objetivas de múltipla escolha, de Formação Geral e do Componente Específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Tipo	Número das questões
Formação Geral	Objetivas	01 a 15
Componente Específico	Discursiva	***
	Objetivas	16 a 45
Questionário de Percepção da Prova	***	01 a 09

3. Verifique se a prova está completa, se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA** e se a **área de avaliação** e o **número do caderno de prova** correspondem ao do **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. Responda a questão discursiva em, no máximo, 30 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
6. A prova terá duração de **quatro horas**. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
7. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
8. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, **duas horas** a partir do início da prova.
9. Você só poderá levar o **rascunho do CARTÃO-RESPOSTA** (espaço para anotação das questões) quando faltarem **30 minutos** para o término da prova. Nele só poderão constar as marcações das questões objetivas.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** e o **caderno de prova** deverão ser entregues ao Chefe de Sala ao término da prova.

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C189794
www.fsc.org

INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

R220320251

QUESTÃO 01

TEXTO 1

A escala de trabalho é um elemento fundamental na organização das atividades laborais e corresponde ao período em que o trabalhador está à disposição da empresa. Ela determina as horas de trabalho, os dias da semana e os turnos de trabalho. No Brasil, são utilizados diversos tipos de escala, que variam conforme a natureza da função e as necessidades operacionais da empresa. No entanto, todas devem respeitar os limites impostos pela legislação vigente, que indica uma jornada de trabalho máxima de 44 horas semanais e de 220 horas mensais, exceto em casos previstos em convenções coletivas ou acordos de trabalho. É importante ressaltar que a escolha do modelo de escala influencia diretamente a produtividade e o bem-estar das pessoas. Exemplo disso são as críticas crescentes que a escala de trabalho 6x1 (correspondente a 6 dias de trabalho e 1 dia de folga, por semana) tem recebido, pelos efeitos que ela promove sobre a saúde, a produtividade e a vida pessoal dos trabalhadores.

ECODEBATE. **Escala de trabalho 6x1 é desumana e ineficiente**. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/. Acesso em: 3 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.

[...]

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 8 de 2025**. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/. Acesso em: 4 set. 2025.

Esta Emenda à Constituição é um passo importante na construção de um mercado de trabalho mais justo, sustentável e adaptável às rápidas mudanças do século XXI, assegurando que o progresso econômico do Brasil seja alcançado de maneira inclusiva e equitativa, respeitando as necessidades e o bem-estar de sua força de trabalho.

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, assinale a opção correta, quanto ao impacto de diferentes escalas de trabalho na vida do trabalhador.

A A escala 4x3, em comparação com as escalas 6x1 e 5x2, possibilita que o trabalhador tenha mais dias de descanso, o que pode aumentar sua motivação e produtividade.

B A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, gera naturalmente trabalhadores mais produtivos, pois possibilita que as pessoas trabalhem mais dias por semana.

C A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, garante uma menor rotatividade de trabalhadores nas empresas, o que permite maior segurança e estabilidade de emprego.

D A escala 5x2, em comparação com as escalas 6x1 e 4x3, é mais utilizada nas empresas do País, oferecendo ao trabalhador dias fixos de descanso aos finais de semana, por determinação legal.

QUESTÃO 02

No povo Xakriabá, existem diferentes perfis de conhecedores da tradição. As mulheres são responsáveis pelas roças. Os homens trabalham, mas apenas durante a derrubada. A partir da plantação, toda a responsabilidade é da mulher: plantio, colheita, preparo, cozimento e produção dos alimentos. As mulheres também são responsáveis pela transmissão do conhecimento à família, atuando como guardiãs da biodiversidade e promovendo a circulação de sementes no território, mantendo uma rede de trocas. Os momentos de colheita reúnem as famílias em torno da contação de histórias, interação que contribui para a preservação da língua. O artesanato também é, na maioria das vezes, produzido pelas mulheres, que repassam as técnicas às suas filhas. O período de estudo do barro representa um período em que não existia a presença da instituição escola, mas já havia a educação indígena, transmitida pelo entoar da palavra. As pinturas corporais, que também fazem parte dessa cultura, ao marcarem a identidade no contato entre o corpo e o espírito, foram, por muito tempo, reproduzidas em cerâmicas depositadas na terra. A cerâmica foi, portanto, um elemento muito importante, porque serviu mais tarde como um mostruário das pinturas corporais.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020 (adaptado).

Com base no texto e considerando a relação do povo Xakriabá com o seu território, assinale a opção que apresenta um método ativo de conservação do meio ambiente.

A Registro, em cerâmicas, de técnicas ancestrais de manejo e conservação da terra.

B Retirada de barro para a produção de artesanato que afirme a identidade indígena.

C Contação de histórias no período da colheita, com o intuito de preservar a língua.

D Plantio rotativo em pequenas áreas, facilitado pela biodiversidade das sementes.

QUESTÃO 03

A implantação do teletrabalho no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) representa um marco significativo na modernização das atividades judiciais e administrativas, alinhando-se às demandas contemporâneas de eficiência, flexibilidade e sustentabilidade ambiental. Essa modalidade de trabalho trouxe oportunidades relevantes, como a redução de custos operacionais, a descentralização das atividades e o aprimoramento da qualidade de vida dos servidores. Além disso, impulsionou a transformação digital da instituição, fortalecendo o uso de ferramentas tecnológicas e promovendo maior celeridade processual.

MACHADO, M.; SANTOS, M. Teletrabalho: desafios, oportunidades e impactos na dinâmica do trabalho contemporâneo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia que viabilizaria a consolidação do teletrabalho como prática eficiente e sustentável na administração pública.

A Investir continuamente em infraestrutura tecnológica, capacitação dos servidores e suporte técnico, bem como fortalecer as políticas de gestão de pessoas.

B Permitir que os servidores estabeleçam a própria rotina de trabalho, definindo unilateralmente suas metas, seus prazos e os melhores canais de comunicação.

C Realizar reuniões virtuais diárias com toda a equipe, logo após o fim do expediente, com vistas ao acompanhamento e ao monitoramento das atividades realizadas no dia.

D Reforçar os mecanismos de controle do ponto eletrônico com o objetivo de mensurar a efetividade e a produtividade do servidor, além do seu engajamento com as políticas da instituição.

R22032025 - 22_Direito.indb 3 09/10/2025 10:48:02

QUESTÃO 04

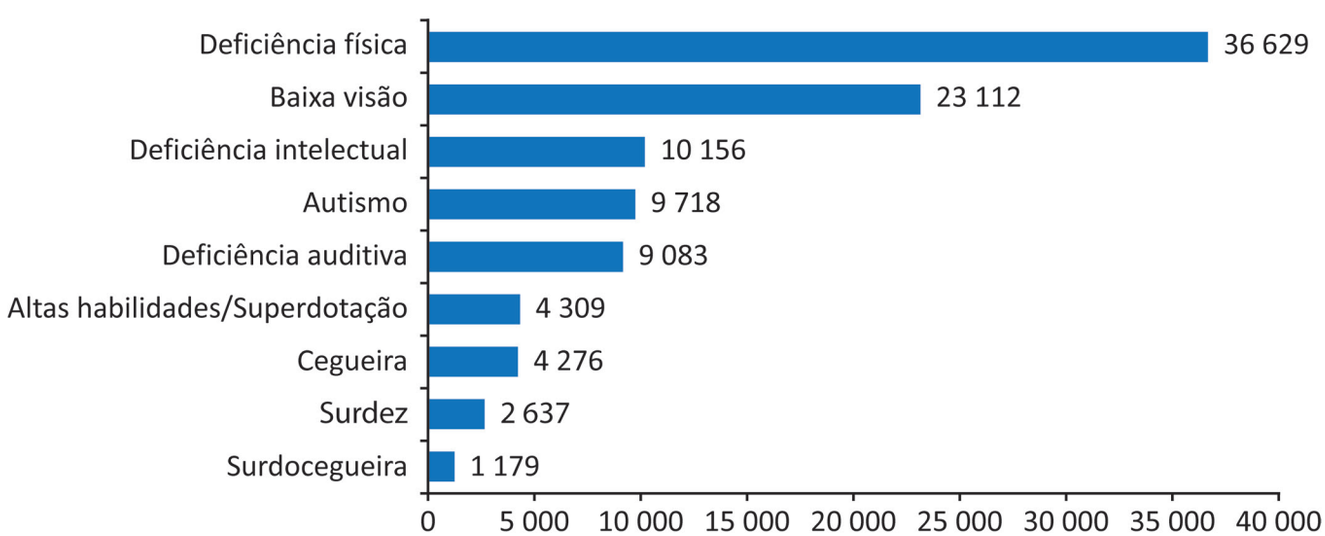
TEXTO 1

Os dados referentes ao censo da educação superior de 2023 retratam o aumento do número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, que apresentou um crescimento de 17% em relação aos dados de 2022, superior à taxa de crescimento do total de alunos matriculados no território brasileiro, equivalente a 5,6% no mesmo período. Embora esse crescimento seja expressivo, em termos de representatividade, a presença de alunos com deficiência é de apenas 0,93% do número do total de matrículas, que em 2023 foi de quase 10 milhões de alunos. Nesse mesmo ano, foram registrados 92 756 alunos com deficiência matriculados no ensino superior. O censo também revelou que 12 651 alunos com deficiência concluíram seus cursos.

Disponível em: https://diariopcd.com.br/2024/11/03/cresce-numero-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior/. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Total de matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – Brasil – 2023



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023** [recurso eletrônico]. Disponível em: https://portal.inep.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

Acerca da matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil, conclui-se, a partir dos Textos 1 e 2, que

A a diversidade de deficiências é adequadamente contemplada nas políticas de ingresso, haja vista a preponderância de deficiências físicas e de baixa visão entre os matriculados no ensino superior.

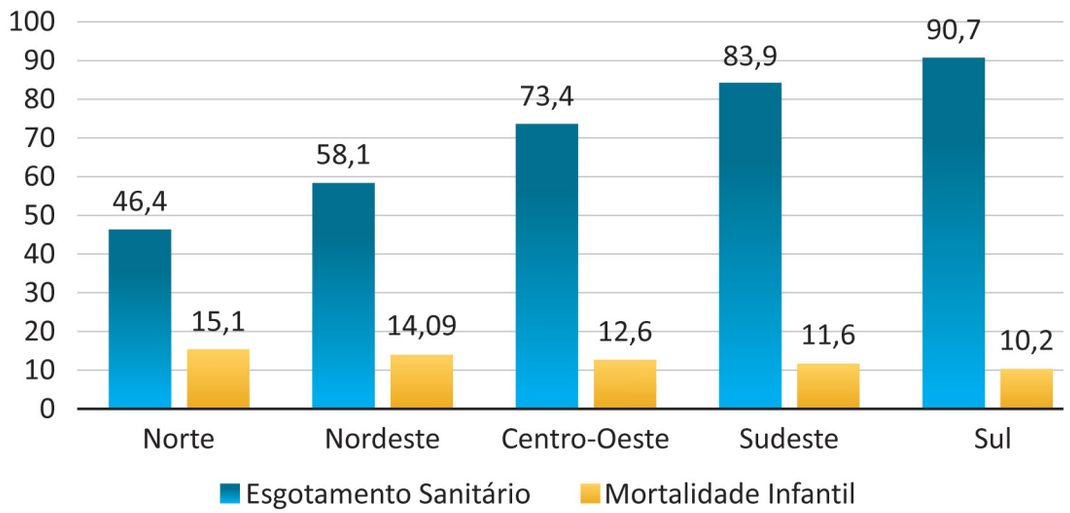
B as barreiras de acesso dessas pessoas ao ensino superior estão superadas, haja vista o aumento percentual de matrículas e os diversos tipos de deficiência declarados pelos alunos matriculados.

C a inclusão dessas pessoas no ensino superior ainda enfrenta desafios, haja vista a disparidade entre o aumento percentual das matrículas de alunos com deficiência e sua baixa representatividade no total de matrículas.

D as políticas de permanência e êxito são eficazes e o baixo percentual de representatividade de alunos com deficiência é um dado inicial que pouco interfere em seu sucesso acadêmico, haja vista o total de pessoas que concluem o curso.

QUESTÃO 05

Domicílios com esgotamento sanitário e taxa de mortalidade infantil por regiões – Brasil – 2022 (%)



IBGE. Dados de Esgotamento Sanitário. **Censo 2022**. Dados de Mortalidade Infantil, Ministério da Saúde/SVS. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2022 (adaptado).

A melhora da saúde pública, mediante ações preventivas, ainda é um desafio, principalmente em relação ao saneamento, pois a eficiência, a qualidade e a universalidade desse serviço público são fundamentais para a qualidade de vida da população. O saneamento básico é um dos serviços de infraestrutura cuja ausência ou precariedade causa diversos problemas econômicos, ambientais, sociais e de saúde, com significativas perdas materiais e humanas. O saneamento é um serviço vinculado à saúde pública e demanda grandes investimentos, sendo a universalização um dos objetivos a serem alcançados pelo governo.

Disponível em: https://bnb.gov.br/revista/. Acesso em: 12 de jun. 2025 (adaptado).

Os dados de esgotamento sanitário e de mortalidade infantil apresentados evidenciam

A diferenças expressivas entre as regiões do Brasil, sendo o Nordeste a região com as piores condições de saneamento e taxas mais elevadas de mortalidade infantil.

B predomínio de domicílios sem esgotamento sanitário na região Norte, o que sugere uma relação entre esse índice e a elevada taxa de mortalidade infantil da região.

C inexistência de relação entre saneamento básico e mortalidade infantil na região Sul, pois ela apresenta a maior porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário no País.

D necessidade de investimentos em saneamento básico na região Sudeste, que apresenta o maior contingente populacional e, consequentemente, os piores indicadores de mortalidade infantil.

Área livre

R22032025 - 22_Direito.indb 5 09/10/2025 10:48:03

QUESTÃO 06

TEXTO 1

Em 15 de novembro de 1989, foram realizadas eleições diretas para a presidência, depois de quase três décadas. Em 1990, o sistema eletrônico de voto começou a ser testado em alguns municípios brasileiros. Em 1996, substituiu as cédulas de papel em 37 cidades — capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores — e, em 1998, foi utilizado pela primeira vez em eleições nacionais, em quatro estados e no Distrito Federal, até ser definitivamente adotado em todo o País no ano 2000.

IZIQUE, C. O voto que realmente vale: sistema eleitoral brasileiro hoje é modelo de eficiência e democracia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 200, p. 114-117, out. 2012 (adaptado).

TEXTO 2

Os números das eleições brasileiras em 2022 são impressionantes. Participaram das eleições 156 454 011 eleitores, dos quais 52,65% foram mulheres; além disso, do total de 1,8 milhão de mesários, 857 000 foram voluntários. Foram utilizadas 577 125 urnas eletrônicas em 496 856 seções eleitorais, em 5 570 municípios, com 181 localidades no exterior. Registraram-se 29 262 candidaturas e foram movimentados mais de 10 bilhões de reais em campanhas. Em um ambiente de evidente complexidade, o processo eleitoral brasileiro enfrentou um desafio de *performance*, precisando combinar velocidade, transparência, precisão e segurança. Os resultados da contagem de votos, cerca de 800 milhões, foram divulgados em questão de horas.

RUBIO, R.; MONTEIRO, V. de A. Desinformação nas eleições brasileiras de 2022: a atuação do Tribunal Superior Eleitoral em um contexto de conflito informativo. Dossiê 1. **Cad. CRH**, n. 37, p. 2, 2024 (adaptado).

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, é correto afirmar que, nas últimas décadas, o uso de urnas eletrônicas no sistema eleitoral brasileiro

A possibilitou a recontagem instantânea de votos e promoveu a paridade de gênero entre os eleitores.

B garantiu a todos os grupos sociais e políticos a representação igualitária na política municipal, estadual e nacional.

C tornou as eleições brasileiras uma das mais ágeis do mundo e permitiu a redução do número de fraudes eleitorais.

D dificultou a participação de eleitores mais pobres, o que aumentou a quantidade de abstenções e votos nulos ou em branco.

QUESTÃO 07

TEXTO 1

Com inspiração em línguas africanas, como o iorubá, a linguagem pajubá (ou bajubá) significa “mistério” ou “segredo”. Criada entre as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura no Brasil, ela nasceu como forma de comunicação e resistência da comunidade LGBT, na atualidade LGBTQIAPN+. O primeiro documento oficial do pajubá, no entanto, foi lançado no Brasil apenas em 1992, com **O diálogo de bonecas**, organizado por Jovanna Baby, idealizadora da Associação de Travestis e Liberados (Astral), que lutou pela garantia de direitos humanos para travestis no final dos anos 1990.

Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/trechos/trechos/um-romance-na- linguagem-secreta-da-comunidade-travesti/. Acesso em: 18 maio 2025 (adaptado).

TEXTO 2

O dia da prova, isso. Bicha, que que foi aquilo? A homarada nervosa, tudo de ojum na mona cáisme. Fui esplêndida, também. Não era ainda assim passável, catavam que eu era trava, uma travinha início de carreira querendo fazer prova. Apenas. Acha que deixaram?

MOIRA, A. **Neca**: romance em bajubá. São Paulo: Companhia das Letras, 2024 (adaptado).

Considerando-se o exposto nos Textos 1 e 2 e a dinâmica dos dialetos empregados na comunidade LGBTQIAPN+, é correto afirmar que o uso do pajubá

A fortalece a literatura LGBTQIAPN+, que visa à delimitação de uma comunidade de leitores formada por um público segmentado.

B reafirma elementos identitários da população LGBTQIAPN+ e favorece a diversidade linguística, contribuindo para a representação social desse grupo.

C colabora para a construção de uma língua restrita à comunidade LGBTQIAPN+, cujo objetivo principal é a formulação de expressões idiossincráticas.

D promove o isolamento da população LGBTQIAPN+, por ser necessário que os leitores das obras dessa comunidade conheçam os termos empregados nelas.

QUESTÃO 08

No início de 2025, a Universidade de Harvard foi impactada com o congelamento de US$ 2,3 bilhões (R$ 12,8 bilhões) em recursos, após a recusa da direção da universidade em aceitar exigências do governo dos Estados Unidos. As demandas incluíam monitorar atividades consideradas antissemitas, acabar com programas de diversidade, igualdade e inclusão e instaurar uma disciplina mais rigorosa entre os estudantes.

Um estudante entrevistado por nossa equipe chegou ao país em 2023, no penúltimo ano do governo Biden, para fazer doutorado em uma universidade do centro-oeste americano, e viu, na prática, como a recepção de pesquisadores estrangeiros e as políticas de incentivo à pesquisa e de financiamento das universidades mudaram com o início do novo governo. “Estamos num ambiente cheio de incertezas. Queria saber se terei salário no próximo ano, ou se serei deportado”, afirma ele.

Todas as fontes ouvidas por nossa equipe dizem que a mudança mais visível está relacionada aos cortes em orçamentos e no financiamento de bolsas ou projetos de pesquisa a partir de janeiro de 2025. Só para os Institutos Nacionais de Saúde, que estão entre os maiores centros de referência em pesquisa biomédica do mundo, há uma proposta de reduzir o orçamento em 40% a partir de 2026.

BIERNATH, A. **BBC News Brasil**, 6 maio de 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/. Acesso em: 31 maio 2025 (adaptado).

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta uma das prováveis consequências da política de cortes no financiamento de pesquisas para as instituições universitárias dos Estados Unidos.

A Ampliação do prestígio acadêmico do ensino superior.

B Elevação da produção científica dos centros de tecnologia.

C Diminuição do custo dos serviços de educação para os estudantes.

D Redução da heterogeneidade sociocultural do corpo docente e discente.

R22032025 - 22_Direito.indb 7 09/10/2025 10:48:03

QUESTÃO 09

TEXTO 1

Um vídeo que desmentia a relação entre diabetes e vermes rendeu um processo judicial às cientistas do canal “Nunca Vi 1 Cientista”, do YouTube. O processo foi movido por um nutricionista e influenciador que pretendia vender um “protocolo de desparasitação”, o qual supostamente combateria a diabetes. A justiça de São Paulo condenou as cientistas a pagarem ao influenciador uma indenização por danos morais, mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão. A explicação provida pelas cientistas sobre o tema é correta. O órgão que tem relação direta com a diabetes é o pâncreas, que produz a insulina — e não é atacado por vermes. Portanto, a associação entre a diabetes e os vermes é falsa. As cientistas afirmam que o combate à desinformação se torna muito desafiador porque, muitas vezes, esses conteúdos trazem soluções imediatas para as pessoas, enquanto a informação correta nem sempre traz uma saída fácil.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Um estudo da Academia Brasileira de Ciências aponta que a desinformação científica é sustentada por um ecossistema lucrativo que inclui a monetização de conteúdo enganoso e a exploração das crenças e emoções do público para ganho financeiro. Há duas formas de entender esse sistema lucrativo. A primeira está no próprio produtor da desinformação, que usa a estrutura das plataformas digitais para lucrar e vender seus serviços, produtos, crenças ou capital social. A segunda diz respeito à forma como essas plataformas geram lucro a partir da visibilidade da desinformação. Há uma economia da atenção na qual a desinformação é um material altamente lucrativo para as próprias plataformas.

Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta uma análise correta do paradoxo da ciência como ferramenta para o discernimento e, simultaneamente, como vítima da economia da atenção.

A A incapacidade das instituições científicas de compreenderem a dinâmica das redes sociais resulta em uma comunicação ineficaz, que não consegue competir com narrativas simplistas e repletas de emoção, promovidas por influenciadores em busca de lucro.

B A dificuldade intrínseca da ciência em se adaptar à velocidade da propagação da desinformação se deve ao fato de que o método científico exige tempo e rigor, enquanto as soluções rápidas são favorecidas pela ansiedade e impaciência do público das redes sociais.

C O ecossistema lucrativo da desinformação explora a lacuna entre a complexidade da pesquisa científica e a demanda por respostas simples e rápidas, transformando a desinformação em um produto de consumo que subverte um dos propósitos da ciência, que é a produção de conhecimento.

D O desenvolvimento precário do pensamento crítico e o letramento científico inexistente da população, decorrente de uma falha estrutural na educação básica e superior, tornam as pessoas mais suscetíveis a acreditarem em narrativas pseudocientíficas que oferecem atalhos para problemas complexos de saúde.

QUESTÃO 10



Disponível em: https://ipeafro.org.br/2023/03/. Acesso em: 16 maio 2025.

A obra **Bandeira brasileira com Xangô Sobre**, de Abdias Nascimento (1914-2011), integra o acervo do Museu de Arte Negra, que se localiza no Instituto Inhotim, em Minas Gerais, e consiste em um dos maiores espaços artísticos a céu aberto do mundo, além de ser uma importante referência para a arte contemporânea no Brasil. Na obra em questão, Abdias promove uma releitura da bandeira nacional, com o icônico Okê de Xangô, machado que representa a justiça, o equilíbrio e a dualidade. O Museu de Arte Negra surgiu como iniciativa do próprio Abdias em 1950, e desde 2020 seu acervo é exibido no Instituto Inhotim.

A obra apresentada e a existência do Museu de Arte Negra atendem a demandas sociais atuais no Brasil, cujo propósito é

A valorizar a herança africana com a criação de lugares de memória.

B reforçar o legado escravocrata com a utilização de símbolos de conciliação.

C resgatar a unidade nacional com a divulgação de mensagens de patriotismo.

D exaltar o passado colonial com a exposição de imagens da luta abolicionista.

R22032025 - 22_Direito.indb 9 09/10/2025 10:48:04

QUESTÃO 11

TEXTO 1



Disponível em: https://diplomatique.org.br/edicao/116-reforma-trabalhista/. Acesso em: 1 jun. 2025.

TEXTO 2

É a partir de uma concepção moderna de humor que as charges ganham relevância para denunciar, vilipendiar e detratar os poderes constituídos. O fato de elas serem bastante utilizadas em tempos de censura demonstra a eficácia que carregam em termos de economia simbólica. Certamente, a potência revolucionária supõe a implosão de um imaginário reducionista, sob pena de nossas bem-intencionadas críticas e denúncias serem tão ou mais reacionárias que o alvo que perseguimos.

BORGES, R. O racismo nas charges engajadas. **Carta Capital**, São Paulo, 11 out. 2016. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/. Acesso em: 1 jun. 2025 (adaptado).

R22032025 - 22_Direito.indb 10 09/10/2025 10:48:04

A charge do Texto 1, publicada em outubro de 2016 na revista **Le Monde Diplomatique Brasil**, foi criticada à época por fazer uma representação considerada racista e estereotipada da população negra. O episódio gerou um debate público sobre os limites da sátira e do humor engajado e sobre a naturalização de preconceitos, mesmo em mídias consideradas progressistas, como discutido no Texto 2.

Considerando-se o exposto e o debate acerca do racismo, é correto afirmar que a charge no Texto 1 pode naturalizar esse tipo de discriminação porque

A faz uma denúncia do racismo estrutural a partir de uma representação visual apelativa e sensacionalista da realidade social em que vivemos desde a época da escravidão.

B apela ao humor e à ambiguidade das imagens por meio de representações que são recebidas pelo público leitor sem a devida profundidade crítica, sendo uma ferramenta poderosa de comunicação política.

C representa uma figura humana com características historicamente usadas para desumanizar pessoas negras, como a posição corporal submissa e animalizada, remetendo à tradição colonial e escravocrata.

D utiliza uma linguagem que faz uso de humor e apelo emocional ao público, a qual isenta o autor de quaisquer formas de responsabilização, por consistir em uma expressão de sua liberdade criativa e artística.

QUESTÃO 12

TEXTO 1

Em geral, a primeira reação de analistas ao crescimento de 57,4% na quantidade de idosos, entre 2010 e 2022, revelada pelo censo do IBGE de 2022, foi encará-lo como fonte de pressão sobre as aposentadorias. Não à toa: o Brasil passou por uma recente reforma em 2019, que — mantendo o princípio da solidariedade e a contribuição do empregador — elevou as idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres e aumentou o tempo de contribuição mínima para a obtenção de benefícios. Porém, além do inegável impacto sobre o sistema de aposentadorias, o envelhecimento da população também precisa ser urgentemente pensado sob a ótica da garantia de empregos decentes.

Disponível em: https:// economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

O Congresso do Chile aprovou, no dia 29 de janeiro de 2025, o principal plano do governo para reformar o sistema de aposentadorias, gerido pelo setor privado e imposto pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Com a reforma aprovada pelo Congresso, as empresas passarão a contribuir com 8,5%, enquanto os trabalhadores continuarão contribuindo com 10% da renda para a composição do fundo previdenciário. Pelo sistema herdado da ditadura, apenas o empregado contribuía com 10% de seu salário para as administradoras privadas de fundos de pensão, que, por sua vez, geriam esses recursos.

Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

A partir dos textos apresentados, que abordam diferentes sistemas previdenciários, é correto afirmar que um ponto em comum entre o modelo previdenciário brasileiro e o novo modelo chileno é a

A política tributária vigente em cada país.

B obrigatoriedade de contribuição patronal.

C tendência deficitária dos sistemas previdenciários.

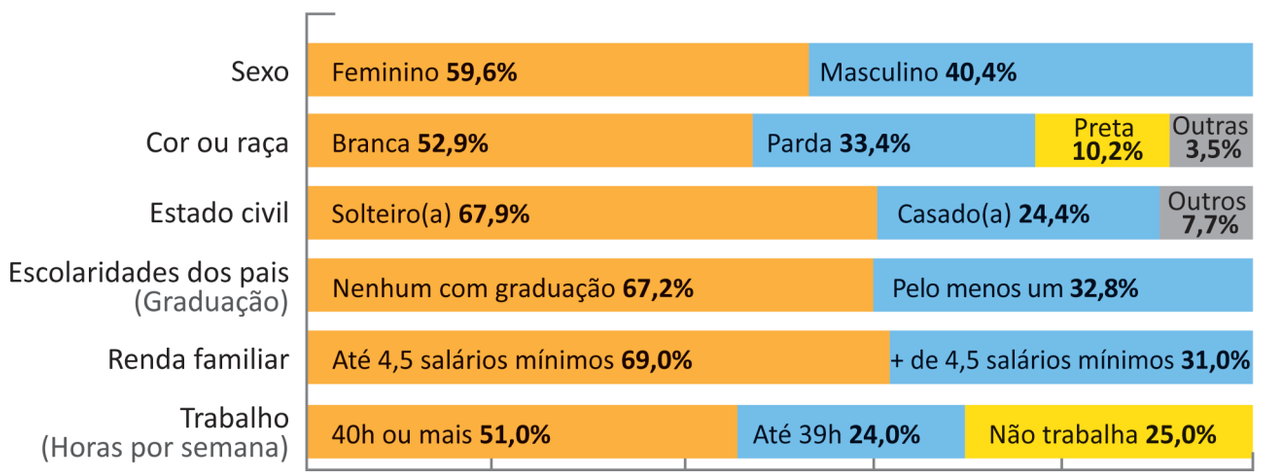
D negligência quanto às mudanças no perfil etário dos países.

R22032025 - 22_Direito.indb 11 09/10/2025 10:48:04

QUESTÃO 13

TEXTO 1

Características predominantes dos estudantes – Enade 2022



Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

De acordo com o questionário respondido pelos inscritos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2022, os estudantes concluintes são, predominantemente, pessoas do sexo feminino, brancas, solteiras, com pais sem graduação, com renda familiar de até 4,5 salários mínimos, que trabalham 40 horas semanais ou mais. Na educação presencial, a maioria dos concluintes são jovens de até 24 anos de idade, ao passo que, no ensino a distância (EaD), a faixa etária predominante é a dos 31 aos 40 anos. Os resultados apresentam também o número de concluintes que receberam subsídios ou bolsas para custear o ensino superior. Os auxílios incluem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Os dados apontam que 31,6% dos estudantes que responderam aos questionários são beneficiados por subsídios ou financiamentos públicos; 18,2% dos concluintes de instituições públicas e 2,8% de instituições privadas receberam algum tipo de auxílio-permanência; 43,1% dos concluintes de instituições privadas receberam algum tipo de bolsa; e 9,9% recebem algum tipo de financiamento.

Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

Considerando-se as informações dos textos apresentados, é correto afirmar que, para corrigir distorções sociais históricas no Brasil, são necessárias

A políticas públicas que garantam a ampliação do acesso de homens ao ensino superior, em prol da paridade de gênero em setores sociais estratégicos.

B ações governamentais com vistas a garantir a ampliação dos auxílios de permanência estudantil, especialmente para a parcela da população em situação de vulnerabilidade.

C campanhas publicitárias voltadas a estudantes concluintes de até 24 anos de idade, que tenham maior participação no mercado de trabalho, a fim de garantir sua permanência na modalidade EaD.

D medidas que incentivem mais jovens com renda familiar superior a 4,5 salários mínimos a cursarem o nível superior, para garantir isonomia de acesso entre os distintos estratos da distribuição de renda.

QUESTÃO 14

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 6% dos municípios brasileiros com imigrantes possuem estrutura para gestão migratória. Na maioria dos estados e municípios do País, não há quantidade suficiente de servidores ou cidadãos que conheçam as condições sanitárias, econômicas, de saúde e de educação da população imigrante. Destaca-se também a dificuldade de comunicação enfrentada por imigrantes e refugiados: muitas vezes, profissionais de saúde se comunicam com esses indivíduos apenas por meio de aplicativos de celular, o que limita o atendimento nesse contexto. Também existem obstáculos para a integração dos filhos dessas pessoas nas escolas, como o preconceito por parte de colegas, sendo necessário desenvolver estratégias de integração, de forma complementar à realização de investimentos financeiros.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/. Acesso em: 9 jun. 2024 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta duas práticas que contribuiriam para minimizar as dificuldades de acesso de imigrantes aos sistemas de saúde e educação no Brasil, como as retratadas no texto.

A Ampliação de controles fronteiriços; cobrança por melhoria nos serviços públicos.

B Deportação de criminosos estrangeiros; censura à discriminação contra imigrantes.

C Limitação de concessão de vistos a imigrantes; rejeição à segregação racial ou étnica.

D Aprendizado de língua estrangeira por profissionais brasileiros; combate à xenofobia.

QUESTÃO 15

A desigualdade social é um problema estrutural no Brasil. Segundo relatório da Oxfam Brasil (2017), seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres da nação. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que um super-rico recebe em um único mês. O relatório indica que, em 2022, por exemplo, os 10% mais ricos apropriaram-se de 51,5% da renda total do País, enquanto a fatia de 11,9% coube aos 0,1% mais ricos. Por outro lado, a metade da população de menor renda ficou com apenas 14,4% da renda total.

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/. Acesso em: 6 jun. 2025 (adaptado).

Conforme a perspectiva apresentada no texto, assinale a opção que indica uma estratégia socialmente justa para enfrentar a concentração de renda no Brasil.

A Elevar, no sistema tributário brasileiro, a taxação de impostos sobre consumo, prática amplamente adotada em países com baixos níveis de desigualdade.

B Reduzir a quantidade de programas de distribuição direta de renda, os quais contribuem para o aumento da desigualdade de renda por diminuírem o contingente de pessoas no mercado de trabalho.

C Isentar os mais ricos de pagar impostos sobre renda e patrimônio, o que estimularia investimentos produtivos, promoveria a geração de emprego e renda e beneficiaria, de forma direta, os mais pobres.

D Aplicar taxação progressiva sobre grandes fortunas e heranças, bem como sobre os rendimentos isentos provenientes da distribuição de lucros/dividendos e de determinadas aplicações financeiras das pessoas físicas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos a determinada penitenciária estadual, constatou-se a ocorrência de uma situação de abuso sexual que envolveu dois detentos do presídio, em que um deles obrigou o outro, mediante ameaça de morte, a realizar ato libidinoso. Foi verificado, ainda, que o agente penitenciário responsável pela ronda nessa ocasião observou os fatos a distância, porém não tomou quaisquer providências para impedir o referido ato, apesar do dever legal de cuidado, proteção e vigilância, e seguiu normalmente com seu turno de trabalho.

Considerando essa situação, faça o que se pede nos itens a seguir.

a) Discorra sobre a possibilidade de responsabilização do Estado pelo dano causado ao detento, indicando a teoria da responsabilidade civil pertinente e, em caso de condenação, aponte o instrumento jurídico a ser utilizado pela Procuradoria do Estado para o ressarcimento ao erário. (valor: 6,0 pontos)

b) Indique, de forma fundamentada, o crime pelo qual o agente penitenciário em questão deve ser responsabilizado. (valor: 4,0 pontos)

Área livre

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

2201_DISCURSIVA_DIREITO_REGULAR.indd 15 09/10/2025 11:48:50

QUESTÃO 16

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) determinou, em março de 2025, que o Estado brasileiro é responsável por violações dos direitos humanos ocorridas em 171 comunidades quilombolas, localizadas no município de Alcântara (MA), em um processo de desapropriação de terrenos na década de 1980. A CIDH constatou que o Estado violou os direitos à propriedade coletiva e à livre circulação e residência por: (i) não cumprir sua obrigação de delimitar, demarcar, titular e desintruir o território das comunidades quilombolas de Alcântara; (ii) conceder títulos individuais de propriedade em vez de reconhecer a propriedade coletiva em favor da comunidade; e (iii) não cumprir seu dever de garantir o pleno uso e gozo do território coletivo por parte das comunidades. A CIDH também declarou a responsabilidade do Estado por não cumprir sua obrigação de realizar uma consulta livre, prévia e informada às comunidades sobre medidas que iriam impactá-las.

Disponível em: https:// www.gov.br/mdh/pt-br/. Acesso em: 12 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção correta a respeito dos efeitos da aplicação da referida decisão da CIDH no Brasil.

A A decisão da CIDH representa a responsabilização internacional do país por violação dos direitos humanos, com efeitos legais obrigatórios no plano interno.

B A decisão da CIDH obriga o país a modificar, independentemente de processo legislativo, sua legislação interna, para garantir a proteção das comunidades quilombolas.

C A decisão da CIDH expõe indevidamente o país no plano jurídico internacional, afetando a soberania do Estado brasileiro não signatário de convenções internacionais dessa natureza.

D A decisão da CIDH extrapolou seu papel, uma vez que se trata de uma instância consultiva, sem caráter vinculante aos Estados-Membros, tornando nula a condenação do Brasil perante a corte internacional.

QUESTÃO 17

Celina é servidora pública efetiva do município de Anápolis, em Goiás, desde 2007, exercendo cargo de nível superior vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal. Ao longo de sua carreira, sempre exerceu funções públicas com dedicação exclusiva, sem interrupções relevantes em sua contribuição. Seu marido, Antônio, trabalha com carteira assinada desde 2005 em uma empresa privada do ramo logístico, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Recentemente, ambos procuraram orientação jurídica especializada para compreender os impactos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103/2019) sobre sua futura aposentadoria.

Considerando essa situação, bem como os princípios e as normas aplicáveis aos regimes previdenciários no Brasil, assinale a opção correta.

A As regras estabelecidas para os regimes de Celina e Antônio permitem a acumulação de proventos com vencimentos de cargo efetivo, tanto se ela vier a exercer outro cargo público quanto se ele ingressar no serviço público.

B As regras estabelecidas para o regime que abrange Antônio são unificadas e estabelecidas pela legislação federal, ao passo que, no caso do regime atinente a Celina, é possível a incidência de normas específicas estabelecidas por leis locais.

C A carência, as regras de cálculo e a idade mínima para aposentadoria do regime de Celina são as mesmas do regime de Antônio, pois ambos estão submetidos às normas da legislação previdenciária federal e integram o mesmo sistema previdenciário nacional.

D A filiação ao regime do qual Celina faz parte é facultativa, enquanto a filiação ao regime de Antônio é obrigatória para servidores públicos, podendo ele migrar para o regime de Celina para aproveitar os benefícios de seu tempo de contribuição, se vier a exercer cargo público.

R22032025 - 22_Direito.indb 16 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 18

Um cidadão brasileiro foi contratado por uma sociedade empresarial francesa, responsável pela fabricação de peças para aeronaves, para exercer seu trabalho no Brasil. Após um ano de trabalho, ele tomou conhecimento da existência de um programa de bolsas fornecido pelo empregador aos funcionários e candidatou-se a uma vaga. No entanto, sua candidatura foi negada, sob a justificativa de que ele não era cidadão francês e que o referido benefício era exclusivo para trabalhadores dessa nacionalidade, apesar de cumprir todos os outros requisitos formais do programa.

Considerando-se o caso apresentado, é correto afirmar que a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal tem

A estabelecido que as normas definidoras dos direitos fundamentais dotadas de aplicação imediata se limitam aos direitos e às garantias individuais, sem alcançar os direitos trabalhistas.

B acatado a teoria da verticalidade dos direitos fundamentais, podendo o empregador estabelecer tratamentos diferenciados entre os trabalhadores em razão da nacionalidade.

C adotado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas; assim, em virtude do princípio da igualdade, a discriminação realizada pelo empregador é ilícita.

D aceitado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público; assim, admite-se que o empregador faça livremente distinção entre os empregados.

QUESTÃO 19

Quando o regime de bens estabelecido na data de um casamento não atender mais aos interesses dos cônjuges, estes poderão fazer sua alteração para adequá-lo às suas necessidades. No caso da união estável, também é possível fazer a alteração desse regime.

À luz da legislação civil vigente acerca desse assunto, é correto afirmar que a alteração do regime de bens

A é possível, tanto no casamento quanto na união estável, mediante requerimento conjunto das partes, desde que observados os direitos de terceiros, sendo admitida, em ambos os casos, a formalização extrajudicial quando houver consenso e inexistirem impedimentos legais.

B exige, no caso do casamento, que o pedido seja justificado e feito por ambos os cônjuges, preservados os direitos de terceiros, ao passo que, no caso da união estável, é suficiente a realização de pedido justificado por apenas um dos companheiros, ressalvando-se os direitos de terceiros.

C requer, tanto no caso do casamento quanto no da união estável, autorização judicial por meio da realização de pedido justificado por ambos os cônjuges ou companheiros, sendo necessário verificar a motivação apresentada e preservar os direitos de terceiros, o que está previsto no Código Civil.

D deve ser feita judicialmente no caso do casamento, mas, na união estável, é admitida diretamente perante o registro civil das pessoas naturais, desde que o requerimento tenha sido formalizado pelos companheiros pessoalmente perante o registrador ou mediante procuração por instrumento público, ressalvando-se os direitos de terceiros.

Área livre

R22032025 - 22_Direito.indb 17 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 20

Nos últimos anos, a crescente modalidade de prestação de serviços de transporte e de entrega por meio de aplicativos tem gerado intensos debates jurídicos sobre a natureza da relação entre os trabalhadores e as plataformas digitais. Em decisões distintas, tribunais brasileiros reconheceram ora a existência de vínculo empregatício, ora a autonomia contratual dos prestadores de serviço.

Considerando a adoção da tese de vínculo empregatício nesse debate jurídico, assinale a opção correta.

A A existência de vínculo empregatício implica a exclusividade de prestação de serviços à plataforma, o que veda a atuação do trabalhador em outras empresas.

B A configuração do vínculo empregatício depende da existência de acordo prévio, entre o trabalhador e a plataforma, sobre o horário de cumprimento da jornada de trabalho.

C O reconhecimento de vínculo empregatício pressupõe formas de controle, diretas ou indiretas, sobre o prestador de serviço, independentemente do local de realização da atividade.

D O reconhecimento de vínculo empregatício depende da contribuição do trabalhador como microempreendedor individual (MEI), a fim de se garantir a regularidade da relação contratual.

QUESTÃO 21

Quase 84 milhões de processos em tramitação, distribuídos por 91 tribunais (mais de 80% na justiça estadual), passam pelas mãos de 18 mil juízes e 275 mil servidores brasileiros para serem solucionados. Trata-se de um índice de judicialização que não para de crescer e que chegou, em 2023, a 35 milhões de novos casos, o que representa um aumento de quase 9,5% em relação ao ano anterior.

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros-2024-barroso-destaca-aumento-de-95-em-novos-processos/. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Na tentativa de racionalizar a prestação jurisdicional, o Código de Processo Civil de 2015 instituiu o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) como técnica de julgamento para assegurar a isonomia e a segurança jurídica, o qual pode ser aplicado a centenas de processos que discutem a mesma controvérsia jurídica.

A respeito desse assunto, assinale a opção correta, com base no ordenamento jurídico brasileiro.

A Decisão proferida no IRDR tem força persuasiva, por isso não vincula os órgãos jurisdicionais do tribunal, nem o juízo de primeiro grau, em razão do princípio da independência funcional dos magistrados.

B Tese firmada no IRDR possui eficácia vinculante interna no tribunal que a proferiu, não se estendendo aos juízos de primeiro grau, salvo se houver expressa decisão nesse sentido no acórdão que julga o incidente.

C Teor decisório obtido no julgamento do IRDR afeta os processos em tramitação no tribunal em que o incidente foi decidido, sem apresentar eficácia vinculante sobre futuros processos ou sobre outros órgãos jurisdicionais, em observância ao princípio do livre convencimento motivado dos magistrados.

D Julgamento do IRDR gera precedente obrigatório no âmbito do respectivo tribunal, estendendo-se aos órgãos de primeiro grau e aos juizados especiais, sendo possível seu afastamento mediante decisão que contenha fundamentação robusta que demonstre sua inconstitucionalidade, distinção ou superação.

R22032025 - 22_Direito.indb 18 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 22

Um funcionário trabalha em uma sociedade empresarial há vinte anos, tendo exercido sempre o cargo de gerente geral. Entretanto, essa sociedade tem intensificado dinâmicas de trabalho caracterizadas por alta competitividade, metas agressivas de desempenho, redução de garantias trabalhistas e individualização dos riscos. Por essa razão, nos últimos cinco anos, o funcionário tem recebido cada vez mais funções e metas, além de vir apresentando sintomas de exaustão extrema, ansiedade generalizada, insônia, irritabilidade e perda de interesse pelas atividades diárias, o que o levou a ser diagnosticado com síndrome de *burnout*.

Considerando essa situação e a legislação trabalhista e previdenciária, assinale a opção correta.

A A sociedade empresarial poderá ser responsabilizada, inclusive por danos morais, pela ocorrência de *burnout*, diante da demonstração do nexo causal entre a síndrome do funcionário e suas condições laborais.

B O eventual afastamento do funcionário em razão do *burnout* não geraria estabilidade provisória, já que essa proteção legal se limita a acidentes físicos ou doenças listadas nas leis trabalhistas e previdenciárias.

C A sociedade empresarial não possui responsabilidade sobre doenças psíquicas como o *burnout,* pois elas não podem ser consideradas doenças do trabalho, salvo se houver previsão legal expressa nesse sentido.

D O reconhecimento do *burnout* restringe-se ao campo da saúde, sem gerar impactos jurídicos relevantes, pois o ordenamento jurídico brasileiro ainda não contempla essa síndrome como causa de afastamento laboral.

QUESTÃO 23

Considere as seguintes situações:

- **Situação 1** — Um marceneiro, que atua sozinho, decidiu formalizar seu trabalho. Ele não pretende contratar empregados no momento, e seu faturamento anual esperado é de, no máximo, R$ 70 000. Ele busca a forma mais simples e menos burocrática possível para emitir notas fiscais e contribuir para sua aposentadoria.
- **Situação 2** — Uma engenheira abriu, com seu colega de faculdade, uma consultoria de projetos de engenharia. Eles preveem um faturamento inicial de R$ 200 000 por ano e pretendem contratar uma secretária em breve. Além disso, estão muito preocupados com a proteção de seus patrimônios pessoais contra possíveis riscos ou dívidas da sociedade.

Tendo em vista as formas jurídicas societárias, o regime jurídico do microempreendedor (MEI) e os perfis e objetivos de cada indivíduo nos casos apresentados, o mais adequado nas situações 1 e 2, respectivamente, é a adoção de

A MEI, por apresentar responsabilidade limitada e proteger o patrimônio pessoal do indivíduo; e sociedade limitada, por admitir a contratação de múltiplos empregados, embora apresente burocracia e limite de faturamento.

B sociedade limitada, por oferecer simplicidade na tributação, apesar de possuir limite de faturamento anual restrito; e MEI, por admitir a contratação de múltiplos empregados e garantir a proteção de patrimônios pessoais.

C sociedade limitada, por apresentar burocracia simples, com impostos fixos mensais, e por não possuir limite de faturamento; e MEI, por permitir a participação de sócios, apesar de haver restrição de atividades nesse regime.

D MEI, por oferecer simplicidade na tributação, com impostos fixos mensais e faturamento compatível; e sociedade limitada, por permitir a participação de sócios, ter maior flexibilidade para contratação e oferecer responsabilidade limitada.

R22032025 - 22_Direito.indb 19 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 24

Atualmente, a legislação brasileira prevê os métodos autocompositivos de resolução de conflitos na esfera cível. Nesse contexto, destacam-se a conciliação e a mediação, ambos métodos com previsão normativa, tanto no Código de Processo Civil quanto na Lei n. 13.140/2015 (Lei de Mediação). Assim, a conciliação e a mediação se tornam muito importantes como ferramentas hábeis para o efetivo acesso à justiça, por proporcionarem meios para a promoção da pacificação social e da prevenção de demandas.

Acerca dos referidos métodos de solução de conflitos na esfera civil brasileira, assinale a opção correta.

A A conciliação é indicada para a solução de conflitos que envolvam um vínculo anterior entre as partes, enquanto a mediação é indicada para casos em que não há relação prévia entre os envolvidos.

B O mediador atua como facilitador do diálogo nos casos em que há vínculo anterior entre as partes, não podendo sugerir soluções, enquanto o conciliador pode intervir com propostas formuladas para os envolvidos.

C A legislação estabelece que o mediador e o conciliador devem adotar uma postura tanto interventiva quanto decisória, podendo indicar soluções aos envolvidos sempre que isso for necessário para a solução do conflito existente.

D O mediador desempenha um papel mais proativo e propositivo em sua intervenção, enquanto o conciliador assume uma postura mais equidistante, sem interferir na negociação e sem sugerir propostas a serem avaliadas pelos envolvidos.

QUESTÃO 25

Nas reclamatórias trabalhistas, a justiça do trabalho brasileira vem recebendo, cada vez mais, pedidos das partes para produzir provas digitais por meio do uso de redes sociais e aplicativos de conversa, além de sistemas de geolocalização. O emprego dessas tecnologias nos processos judiciais levanta uma discussão a respeito do direito constitucional à ampla defesa, com uma possível colisão com os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e o princípio do livre convencimento motivado do juiz, assinale a opção correta.

A As postagens em redes sociais podem ser consideradas provas digitais capazes de afastar a validade de atestado de licença médica em contradição com a situação fática nelas exibida.

B A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização que utilize os dados de aparelho celular só pode ser aceita pelo juiz e produzida na reclamatória trabalhista quando for requerida pelo reclamante.

C A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização constitui uma prova lícita, podendo, portanto, ser utilizada sem restrição no processo judicial, já que o direito à ampla defesa se sobrepõe a outros direitos.

D As conversas trocadas em aplicativo de conversa podem ser consideradas prova digital válida como meio de demonstração da existência de vínculo empregatício, desde que formalizada posteriormente em ata notarial.

R22032025 - 22_Direito.indb 20 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 26

Após cumprirem pena por estelionato, João e Maria abriram uma sociedade empresarial de comércio varejista. A sociedade, administrada por ambos, funcionou por um ano e seis meses e, em seguida, sem qualquer comunicação aos órgãos públicos, a sede foi fechada e os sócios não foram mais encontrados. Essa situação resultou na acumulação de dívidas com fornecedores e débitos tributários, os quais o Fisco busca receber.

Considerando essa situação, a interpretação da legislação e da jurisprudência brasileira acerca da classificação e da responsabilidade de sócios nas obrigações tributárias no caso de dissolução irregular da sociedade, assinale a opção correta.

A A pena anterior de estelionato cumprida por João e Maria é irrelevante para a análise da responsabilidade pelos débitos da sociedade empresarial, de modo que as obrigações tributárias permanecem somente sob responsabilidade da pessoa jurídica.

B A dissolução irregular da sociedade empresarial, evidenciada pelo encerramento das atividades no domicílio fiscal sem a devida comunicação, configura uma infração à lei que permite o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, na qualidade de sócios-administradores.

C A simples cessação das atividades no endereço fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, não configura infração à lei que justifique o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, sendo necessária a comprovação de dolo ou fraude na gestão dos administradores e sócios.

D A Fazenda Pública deverá acionar judicialmente a sociedade empresarial para a cobrança dos débitos tributários e depois, caso o patrimônio social seja insuficiente, ingressar com incidente de desconsideração da personalidade jurídica, para responsabilizar João e Maria, sócios-administradores.

QUESTÃO 27

Buscando inovações nos procedimentos de contratações públicas, diante dos avanços tecnológicos e de ajustes na burocracia estatal, a recente Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) trouxe mudanças legislativas significativas para o ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo para o direito administrativo.

Quanto às inovações legislativas referentes a esse tema, é correto afirmar que a Lei em questão

A manteve as modalidades de tomada de preço e convite, visando conferir maior alcance, transparência e economicidade nos processos de licitação e contratos na administração pública.

B passou a considerar o montante de R$ 100 000 como valor de referência para dispensa de licitação na aquisição de bens e serviços, inclusive em contextos de calamidade pública ou emergências.

C estabeleceu a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para cadastro unificado de licitantes, com ampla divulgação aos interessados e registro cadastral obrigatório para acesso a editais e anexos.

D introduziu o diálogo competitivo, modalidade que alcança obras, serviços e compras pela administração pública e busca o diálogo com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos para atender às suas necessidades.

R22032025 - 22_Direito.indb 21 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 28

TEXTO 1

À medida que o número de pessoas deslocadas em todo o mundo devido a eventos relacionados ao clima continua a crescer, as Nações Unidas e seus parceiros estão focados em abordagens regionais para responder à questão dos chamados refugiados do clima — ou refugiados climáticos. A média anual de deslocados por mudanças climáticas entre 2008 e 2016 chegou a 25,3 milhões, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Norueguês de Refugiados. Os cinco países que têm a maior proporção de sua população afetada pelos deslocamentos são todos Estados insulares: Cuba, Fiji, Filipinas, Tonga e Sri Lanka.

Disponível em: https:// brasil.un.org/pt-br/. Acesso em: 25 maio 2025.

TEXTO 2

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes (COP30), que acontecerá em Belém, no Pará. A cidade escolhida oferecerá ao mundo uma plataforma única para debater soluções para a mudança do clima com os pés fincados no coração da Amazônia. Como país anfitrião, o Brasil está comprometido em fortalecer o multilateralismo e a implementação do acordo de Paris.

Disponível em: https://cop-30/pt-br. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Considerando o contexto da realização da 30ª Conferência das Partes (COP30), bem como os danos causados aos refugiados climáticos, que representam um grande desafio para a sociedade internacional, assinale a opção correta.

A Os danos imateriais provocados pelos deslocamentos forçados são juridicamente irrelevantes no contexto do direito internacional ambiental, uma vez que este se limita à proteção de recursos naturais.

B A proteção das terras e dos imóveis é garantida pelas normas internacionais de assistência humanitária, com os danos materiais enfrentados por refugiados climáticos se restringindo à perda de bens móveis.

C A migração forçada por eventos climáticos gera danos materiais, como a perda de habitações, infraestruturas e meios de subsistência, além de danos imateriais, associados à perda de vínculos culturais e de identidade comunitária e ao sofrimento psíquico.

D Os debates sobre migração climática, promovidos pela ONU, concentram-se em soluções de mitigação dos eventos climáticos extremos, sem incluir discussões sobre os direitos das populações deslocadas ou sobre os impactos econômicos e sociais desses deslocamentos.

QUESTÃO 29

O Código de Defesa do Consumidor estabelece uma série de disposições que visam assegurar a proteção dos consumidores em suas relações contratuais, com a possibilidade de revisão em juízo de cláusulas contratuais abusivas, que estabeleçam prestações desproporcionais ou excessivamente onerosas.

Considerando o exposto e a disciplina jurídica que rege os contratos de adesão, assinale a opção correta.

A A inserção de cláusula resolutória é inadmissível, por alterar a natureza de adesão do contrato.

B A inserção de cláusula de arbitragem no formulário contratual altera a natureza de adesão do contrato.

C As cláusulas são estabelecidas de forma unilateral nos contratos de adesão, porém, em casos de abusividade, são nulas de pleno direito.

D As cláusulas são estabelecidas de forma bilateral nos contratos de adesão, com a possibilidade de modificação substancial do seu conteúdo.

R22032025 - 22_Direito.indb 22 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 30

Determinado operador de estoque que trabalha, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em uma grande rede farmacêutica é submetido diariamente a revistas em sua mochila ao final do expediente. Certo dia, após conferir o estoque e constatar a ausência de um medicamento específico, o gerente dessa rede vasculhou a mochila do referido funcionário e o submeteu a revista íntima. Incomodado com a situação, o funcionário procurou orientação jurídica, questionando a licitude da conduta do gerente.

Considerando-se o disposto no inciso VI do Art. 373-A da CLT, que versa sobre revista íntima, bem como as normas desse diploma legal sobre poder diretivo do empregador e a atual posição adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do assunto, é correto afirmar que a revista íntima feita pelo gerente nessa situação é

A ilícita, visto que não foi realizada por agentes de segurança, embora não se aplique ao caso a vedação do referido dispositivo da CLT.

B lícita, na medida em que houve a suspeita de furto do medicamento, aplicando-se ao caso o poder diretivo do empregador, conforme a CLT.

C lícita, porque não se aplica a homens a interpretação do referido dispositivo da CLT, conforme o atual entendimento dos tribunais superiores para o caso.

D ilícita, pois, independentemente de contato, violou a dignidade da pessoa humana e a igualdade, devendo ser abrangida pela vedação desse dispositivo da CLT por interpretação extensiva.

QUESTÃO 31

Um engenheiro civil foi contratado como pessoa jurídica para prestar serviços em obras públicas executadas por uma sociedade empresarial. Após três anos de vínculo contínuo e exclusivo, ele foi dispensado pelo tomador de serviços, sem pagamento de qualquer verba. Diante do ocorrido, ele propôs uma ação judicial pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, verbas trabalhistas e indenização por danos morais em razão de humilhações sofridas durante a vigência do contrato. A sociedade empresarial argumentou que não havia relação de emprego, apenas de prestação de serviços, e que eventuais litígios deveriam ser resolvidos pela justiça comum estadual. Em contrapartida, o engenheiro buscou um acordo, por meio de mediação trabalhista extrajudicial, mas a sociedade empresarial recusou, alegando falta de competência da justiça do trabalho.

Tendo em vista o conflito de competência descrito nessa situação, assinale a opção correta.

A O tribunal de justiça deve resolver o conflito de competência, visto que se trata de matéria de interesse da justiça comum estadual.

B O Supremo Tribunal Federal deve sanar a situação do conflito de competência, pois envolve construção de obras públicas e contrato administrativo.

C A justiça federal tem competência residual, devendo ser provocada sempre que houver divergência entre as esferas da justiça estadual e da justiça do trabalho.

D O Superior Tribunal de Justiça é competente para sanar o referido conflito de competência, por haver divergência entre a justiça comum e a justiça do trabalho.

R22032025 - 22_Direito.indb 23 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 32

A Constituição Federal de 1988 consagra o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político. O princípio democrático possibilita a participação de todos na vida política do País, e os fundamentos do Estado garantem a legalidade e a legitimidade do poder político e jurídico.

Considerando os fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro, assinale a opção correta.

A A democracia direta, sem representação política, é a principal forma de participação do poder popular no Estado Democrático de Direito.

B A supremacia da vontade da maioria sobre os direitos fundamentais das minorias é assegurada pelo Estado Democrático de Direito brasileiro.

C A separação dos Poderes, de forma harmônica e independente, consiste em um mecanismo que visa garantir o equilíbrio e prevenir abusos de autoridade.

D A centralização do poder político no Poder Executivo assegura maior eficiência e estabilidade ao Estado, sendo compatível com os princípios democráticos.

QUESTÃO 33

A região da Caxemira há anos é palco de uma disputa travada entre Índia e Paquistão. Desde a sua independência, os países envolvidos já travaram quatro guerras, nos anos de 1947-48, 1965, 1971-72 e 1999. Em 22 de abril de 2025, ocorreu novo embate, e organizações locais e internacionais denunciaram reiteradas violações de direitos humanos por parte das forças de segurança indianas na região. O Paquistão ressalta a necessidade de internacionalização do território, enquanto a Índia alega que a questão da Caxemira afeta a credibilidade da soberania nacional. Apresenta-se, portanto, um cenário de grande rivalidade com baixas perspectivas de resolução diante da instabilidade vigente na ordem internacional.

De acordo com o direito internacional público, as possíveis medidas de solução pacífica desse conflito

A incluem negociação, mediação, consulta e conciliação, cabendo às partes escolher aqueles que julgarem mais adequados.

B abrangem a interrupção parcial das relações econômicas e dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos e radiofônicos.

C englobam visita do parlamento europeu e mediação, devendo-se empregar negociação e consulta caso tais ações sejam ineficientes, por haver hierarquia entre esses meios.

D devem ser adotadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por se tratar de conflito de longa duração permeado por iniciativas diplomáticas ineficientes.

Área livre

QUESTÃO 34

Um jovem que caminhava, portando seu aparelho celular, em local conhecido por área de tráfico foi abordado por policiais durante patrulhamento de rotina. Sem autorização judicial e sem fundamento em qualquer atitude suspeita, os agentes o revistaram e acessaram, sem consentimento, o conteúdo do aparelho, encontrando mensagens com indícios de prática de crime. Com base nesse conteúdo, foi instaurado inquérito policial, a partir do qual o Ministério Público ofereceu denúncia contra o jovem.

*À luz d*os princípios constitucionais, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos procedimentos legais aplicáveis à prova penal, a estratégia defensiva adequada para o jovem nessa situação é

A sustentar a nulidade da prova obtida por violação à cadeia de custódia, pois o aparelho celular foi acessado antes de ser lavrado auto de apreensão.

B alegar que, devido à ausência de, no mínimo, uma notícia de crime anônima prévia, o acesso ao aparelho celular é abusivo, o que torna ilícita a prova obtida.

C alegar que, ainda que a atuação policial prescinda de suspeita ou autorização em caso de flagrante delito, a prova foi obtida mediante abordagem invasiva, o que a torna ilícita.

D sustentar a nulidade da prova por violação do direito à privacidade e à inviolabilidade de dados, pois não houve fundada suspeita nem autorização judicial para o acesso ao aparelho celular.

QUESTÃO 35

Um servidor público aposentado e proprietário de pequena sociedade empresarial contraiu diversos empréstimos consignados e financiamentos ao longo dos últimos anos. Com o aumento das taxas de juros e a redução de sua renda disponível, passou a não conseguir mais honrar seus compromissos financeiros, o que comprometeu sua subsistência. Ao buscar orientação, foi informado sobre a possibilidade de renegociação judicial de suas dívidas com base no Código de Defesa do Consumidor, especialmente após as alterações promovidas pela Lei n. 14.181/2021 (Lei do Superendividamento).

Tendo em vista essa situação, com base nas normas jurídicas vigentes, assinale a opção correta.

A O consumidor superendividado pode optar pela insolvência civil como primeira medida, sem necessidade de tentativa de conciliação com os seus credores.

B A repactuação judicial das dívidas do servidor pode incluir créditos de natureza alimentar, tributária e trabalhista, desde que seja autorizada pelo juiz competente e aceita pelos credores.

C O Código de Defesa do Consumidor permite que o servidor, como consumidor endividado, apresente proposta de plano de pagamento como repactuação das dívidas, com prazo máximo de cinco anos.

D A Lei do Superendividamento autoriza a revisão das dívidas contraídas pela sociedade empresarial do servidor, pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que se demonstre abalo na capacidade de pagamento do titular.

Área livre

R22032025 - 22_Direito.indb 25 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 36

A formulação original do princípio do poluidor-pagador (PPP) deveu-se à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja Recomendação C(72) 128, de 26 de maio de 1972, esclarece que "este princípio significa que o poluidor deve suportar os custos da adoção de medidas impostas pelas autoridades públicas para assegurar que o meio ambiente mantenha-se em um estado aceitável".

Disponível em: http://webdomino1.oecd.org/horizontal/. Acesso em: 15 ago. 2025 (adaptado).

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela OCDE e os princípios do direito ambiental, é correto afirmar que o princípio do poluidor-pagador

A estabelece que o Estado deve arcar com o custo dos recursos ambientais utilizados pelos agentes econômicos, visando assegurar que eles sejam geridos e utilizados de forma sustentável.

B isenta o agente poluidor dos custos da utilização do bem ambiental indiretamente valorados, desde que o agente econômico tenha promovido o devido licenciamento ambiental da atividade.

C determina que a comunidade deve arcar com os custos das medidas de proteção ambiental necessárias, ainda que a atividade poluente seja imputável a um determinado agente econômico.

D introduz um critério de justiça ao atribuir ao agente econômico os custos sociais das externalidades negativas da sua atividade, constituindo-se como um mecanismo de correção de falhas de mercado.

QUESTÃO 37

Determinado estado da Federação brasileira, com o objetivo de proteger o meio ambiente e combater os impactos das mudanças climáticas, editou uma lei estadual que impunha limites específicos para a emissão de gases poluentes por indústrias situadas em seu território. A norma estadual estabeleceu parâmetros mais rigorosos do que aqueles previstos em lei federal sobre controle de poluentes atmosféricos. Diante disso, uma sociedade empresarial afetada ajuizou ação sustentando que o referido estado extrapolou sua competência ao legislar sobre matéria ambiental já disciplinada pela União.

Considerando-se as normas constitucionais sobre repartição de competências legislativas entre os entes federados, é correto afirmar que a lei estadual

A pode ser considerada válida com base na autonomia dos entes federativos em se tratando de aspectos específicos e locais da proteção ambiental, independentemente dos limites previstos na legislação federal.

B é constitucional, pois, em matéria de competência legislativa concorrente, os Estados podem suplementar e complementar a legislação federal, inclusive estabelecendo limites mais restritivos, desde que respeitada a norma geral.

C fere a Constituição Federal de 1988, pois só poderia ter sido editada mediante autorização formal da União, sob pena de usurpação da competência federal prevista no artigo 24 da Carta Magna, ainda que a matéria envolva interesse local.

D apresenta vício de inconstitucionalidade, pois a edição de normas ambientais mais restritivas deve ocorrer no âmbito federal, cabendo aos Estados apenas replicar os parâmetros gerais definidos pela União, a fim de garantir uniformidade normativa.

R22032025 - 22_Direito.indb 26 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 38

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, prevê o princípio da anterioridade tributária, cuja finalidade precípua é assegurar a proteção do contribuinte contra as surpresas fiscais, sendo impedida a cobrança no mesmo exercício financeiro em que venha a ser publicada lei que institua ou aumente tributos, respeitando-se o período de 90 dias da data em que tenha sido publicada essa lei. Esse princípio tem por base a ideia de permitir que o contribuinte se prepare para o pagamento dos novos valores ao governo.

Tendo em vista o texto e o que se refere ao imposto sobre operações financeiras (IOF) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A Uma medida provisória que implique majoração ou instituição do IOF possuirá eficácia imediata, considerando que o referido tributo constitui uma exceção ao princípio da anterioridade tributária.

B Uma medida provisória que altere a alíquota do IOF deve observar o princípio da anterioridade tributária, não podendo tal tributo ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a medida.

C A instituição ou a majoração de tributos compete exclusivamente ao Poder Executivo Federal, devendo estes serem cobrados em prazo superior a 90 dias após a publicação da lei que os instituiu, como é o caso do IOF.

D A instituição ou a majoração de IOF mediante lei pode ser realizada a qualquer momento, pois o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica a tal tributo, desde que haja previsão expressa a respeito disso na lei.

QUESTÃO 39

Determinada sociedade empresarial passou por uma grave crise financeira, e sua falência foi decretada judicialmente. Durante o processo de arrecadação, verificou-se que o ativo da massa falida era insuficiente para satisfazer integralmente a todos os credores. Os credores habilitados incluem: i) a Fazenda Nacional, com débitos tributários referentes a impostos federais; ii) o Banco Beta S.A., detentor de uma hipoteca sobre um dos imóveis da massa falida, devidamente registrada; iii) os ex-empregados, com verbas rescisórias e indenizações trabalhistas a receber; iv) os prestadores de serviço, com créditos decorrentes de contratos de consultoria jurídica, sem qualquer garantia; v) os fornecedores de matérias-primas, sem garantias reais ou privilégios especiais.

Com base na Lei n. 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência), assinale a opção que apresenta corretamente a ordem de preferência para o pagamento dos créditos na situação de falência em questão.

A Ex-empregados; Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

B Fornecedores de matérias-primas; Banco Beta S.A.; ex-empregados; Fazenda Nacional; prestadores de serviço.

C Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; ex-empregados; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

D Ex-empregados; Fazenda Nacional; Banco Beta S.A.; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

Área livre

R22032025 - 22_Direito.indb 27 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 40

Um jovem, falando ao celular enquanto dirigia, colidiu seu veículo com o carro de um casal de idosos que estava à sua frente no trânsito, atingindo a parte traseira deste automóvel. Os idosos sofreram várias lesões corporais e permaneceram hospitalizados por cerca de um mês; além disso, seu carro teve vários danos materiais. Posteriormente, o casal tomou conhecimento de que o jovem não era o proprietário do veículo que dirigia, mas mero condutor. Diante disso, os idosos pretendem ajuizar uma ação de indenização de danos decorrentes do acidente de trânsito, para que sejam ressarcidos dos prejuízos sofridos.

Considerando esse caso e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, assinale a opção correta.

A O condutor do veículo, que falava ao celular quando ocorreu o acidente, é obrigado a reparar o prejuízo sozinho, por se tratar de responsabilidade subjetiva.

B O dever de indenizar é do condutor do veículo e independe de culpa ou dolo, por se tratar de responsabilidade objetiva, sem necessidade de nexo de causalidade.

C Os idosos podem ajuizar a ação contra o proprietário do veículo e o condutor, pois ambos são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados no acidente de trânsito.

D Os idosos podem escolher, entre o proprietário do veículo e o condutor, a quem cobrar pelos danos causados no acidente, uma vez que o proprietário responde subsidiariamente pelos prejuízos.

QUESTÃO 41

O *habeas corpus*, de origem britânica (1215), é um instrumento constitucional presente no ordenamento jurídico de muitos países. No Brasil, sua primeira previsão legal ocorreu pelo Código de Processo Criminal, em 1832, como um meio pelo qual se requeria a liberdade de indivíduos presos. A partir da Constituição de 1891, o *habeas corpus* passou a integrar todas as Constituições brasileiras, porém com características diferentes. De instrumento processual a remédio constitucional, representa um meio para garantir o direito fundamental à liberdade.

Considerando o percurso histórico do *habeas corpus* no Brasil, assinale a opção correta.

A A Constituição de 1934 admitia a impetração de *habeas corpus* nos casos de transgressão disciplinar, dando, com isso, um caráter mais amplo à garantia de liberdade, com efeito até na esfera militar.

B O *habeas corpus* foi consolidado pela Constituição Federal de 1988 como remédio constitucional de garantia e proteção ao indivíduo que esteja sofrendo ou sendo ameaçado de sofrer lesão à sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

C A Constituição de 1946, por ter sido uma constituição democrática, retirou a restrição do *habeas corpus* como instrumento de garantia da liberdade de locomoção, prevista na Constituição outorgada de 1937, e ampliou o seu caráter para garantia da liberdade de outros direitos.

D O *habeas corpus*, desde sua inserção na legislação brasileira ainda no século XIX, manteve-se como garantia e direito irrestrito, inclusive em momentos políticos conturbados, como no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, e na vigência do Ato Institucional n. 5, em 1968.

R22032025 - 22_Direito.indb 28 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 42

Determinado trabalhador urbano sofreu um acidente de trabalho que o deixou temporariamente incapacitado para suas atividades habituais. Ao procurar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ele foi informado sobre a possibilidade de solicitar o benefício previdenciário adequado à sua situação. Contudo, o trabalhador ficou em dúvida a respeito do tipo de auxílio que deveria requerer: não sabia se deveria solicitar auxílio-doença ou auxílio-acidente.

Com base na legislação previdenciária vigente no Brasil, é correto afirmar que esse trabalhador pode requerer

A o auxílio-doença, benefício devido ao segurado temporariamente incapaz para o trabalho por motivo de doença ou acidente.

B o auxílio-acidente, benefício pago durante o período em que o segurado está totalmente incapacitado para qualquer atividade.

C o auxílio-doença e o auxílio-acidente, pois ambos os benefícios são idênticos quanto à finalidade e à forma de concessão.

D o auxílio-acidente, benefício concedido em caso de incapacidade total e temporária, sendo aplicável concretamente a seu favor.

QUESTÃO 43

Os dois maiores supermercados de uma pequena cidade do interior, que respondiam pela oferta de cerca de 80% dos produtos de alimentação e higiene consumidos pela população, iniciaram um processo de fusão. No entanto, as advogadas desses supermercados informaram que deveria ser elaborada uma estratégia para evitar o reconhecimento do domínio de mercado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), buscando-se soluções mitigadoras dos reflexos dessa fusão, de maneira a permitir a manutenção da concorrência e evitar efeitos negativos sobre o pequeno comércio da região, para que este mantenha sua lucratividade e operação comercial.

De acordo com as normas de direito econômico e concorrencial aplicadas pelo CADE, assinale a opção que apresenta a adequada estratégia de fusão empresarial a ser adotada por essas sociedades empresariais para evitar a caracterização de domínio econômico.

A Celebrar acordos de exclusividade com distribuidores e fornecedores estratégicos, de modo a otimizar operações e demonstrar ganhos de eficiência pós-fusão.

B Realizar a alienação de determinados ativos ou unidades de negócios, de modo a permitir a entrada de novos concorrentes no mercado e equilibrar o nível de concentração setorial.

C Priorizar uma ampliação acelerada da participação no mercado global, de modo a fortalecer a competitividade das sociedades empresariais brasileiras em um contexto internacional.

D Assumir um compromisso público de manutenção de preços e condições comerciais praticadas antes da fusão, de modo a reduzir preocupações sobre potenciais abusos de poder econômico.

Área livre

R22032025 - 22_Direito.indb 29 09/10/2025 10:48:05

QUESTÃO 44

Um pequeno frigorífico localizado em área rural foi autuado por despejo irregular de resíduos em curso d'água, sem licença ambiental válida. Após fiscalização, o Ministério Público Estadual (MPE) propôs medida judicial, buscando reparação dos danos ambientais. O representante da sociedade empresarial manifestou interesse em resolver a controvérsia de forma consensual, de modo a evitar o agravamento da situação jurídica e a continuidade da ação penal.

Considerando essa situação e os instrumentos jurídicos de solução consensual de conflitos ambientais, assinale a opção correta.

A O *sursis* processual é cabível antes do oferecimento da denúncia, desde que haja confissão do infrator e proposta do MPE.

B A assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPE impediria a responsabilização criminal do infrator ambiental.

C A transação penal pode ser proposta em caso de menor potencial ofensivo, devendo ser precedida de composição dos danos ambientais, salvo se comprovada impossibilidade.

D O acordo de não persecução penal (ANPP) é inadmissível em matéria ambiental, já que os crimes ambientais não comportam negociação, por envolverem interesse público indisponível.

QUESTÃO 45

O crescimento exponencial das *big techs* tem despertado preocupações no campo do direito econômico, especialmente quanto à concentração de mercado e à redução da concorrência. Empresas como Google, Amazon, Meta e Apple atuam em mercados digitalmente interconectados, nos quais poucos agentes exercem controle sobre plataformas essenciais, como motores de busca, sistemas operacionais e redes sociais. Essa concentração, embora estimule inovação tecnológica, pode afetar negativamente o consumidor ao limitar a pluralidade de escolhas e dificultar a entrada de novos concorrentes. A doutrina discute se essas configurações caracterizam monopólio, oligopólio ou novas formas híbridas de poder econômico, como os chamados *gatekeepers* digitais.

Considerando o texto apresentado e os conceitos do direito econômico e concorrencial, assinale a opção correta.

A As *big techs*, apesar de seu domínio de mercado, promovem concorrência ao oferecerem produtos gratuitos e inovações constantes, o que torna desnecessária a existência de regulação estatal mais rígida.

B As *big techs*, embora dominem seus segmentos, não configuram estruturas de mercado concentradas, pois o ambiente digital é naturalmente dinâmico e aberto, e a regulação estatal pode comprometer a inovação.

C A presença de *big techs* em setores digitais consolida estruturas típicas de monopólio legal, nas quais uma única empresa opera com autorização estatal para garantir eficiência e segurança ao consumidor.

D A atuação de *big techs* configura um tipo de oligopólio digital em que poucas empresas controlam mercados interdependentes, exigindo do Estado regulação específica para prevenir práticas anticompetitivas e preservar a livre concorrência.

enade2025

* R 2 2 0 3 2 0 2 5 3 1 *

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam conhecer sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes a sua opinião nos espaços apropriados do **CARTÃO-RESPOSTA**.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROVA

QUESTÃO 01

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

A Menos de uma hora.
B Entre uma e duas horas.
C Entre duas e três horas.
D Entre três e quatro horas.
E Quatro horas, e não consegui terminar.

QUESTÃO 02

Em relação ao tempo total de aplicação, você considera que a prova foi

A muito longa.
B longa.
C adequada.
D curta.
E muito curta.

QUESTÃO 03

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

A Sim, até excessivas.
B Sim, em todas elas.
C Sim, na maioria delas.
D Sim, somente em algumas.
E Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 04

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova? Qual?

A Desconhecimento do conteúdo.
B Forma diferente de abordagem do conteúdo.
C Espaço insuficiente para responder às questões.
D Falta de motivação para fazer a prova.
E Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 05

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

A não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
B estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
C estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
D estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
E estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO 06

Qual o grau de dificuldade das questões de Formação Geral?

A Muito Fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 07

Os enunciados das questões de Formação Geral estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO 08

Qual o grau de dificuldade das questões do Componente Específico?

A Muito fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 09

Os enunciados das questões do Componente Específico estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 31 09/10/2025 11:49:06

* R 2 2 0 3 2 0 2 5 3 2 *

03

003

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

INEP

22

4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 32 09/10/2025 11:49:06